

1000 C. 92568893

**BIBLIOTECA
UNEMAT**

Campus Universitário de Pontes e Lacerda-MT

RG N.º 00013724

Data 06 / 06 / 2008

() Compra (x) Doação () Permuta

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE LINGUAGEM
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
DEPARTAMENTO DE LETRAS**

Silviane de Almeida Rodrigues

Civilização e Barbárie em “Caramuru”, de Santa Rita Durão

**Pontes e Lacerda/ MT
2007/II**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE LINGUAGEM
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
DEPARTAMENTO DE LETRAS**

Silviane de Almeida Rodrigues

Civilização e Barbárie em “Caramuru”, de Santa Rita Durão

Projeto de Pesquisa apresentado para
elaboração do Trabalho de Conclusão de
Curso como requisito parcial para obtenção
do Grau de Licenciada em Letras no Campus
Universitário de Pontes e Lacerda.

Orientadora: prof^a Ms: Maria Inês Parolin
Almeida.

**Pontes e Lacerda/ MT
2007/II**

82.09
R696C
22.02

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr. Eliana de Almeida (Membro)

Prof. Ms. Helvio Moraes (Membro)

Prof^ª Ms Maria Inês Parolin (Orientadora)
Departamento de Letras de Pontes e Lacerda-MT

Dedico a minha mãe, que sempre me apoiou nos
momentos mais difíceis, me ajudando a superar
todas as minhas dificuldades acadêmicas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço acima de tudo a Deus, pois se não fosse por ele jamais chegaria até aqui e somente por ele que conseguirei ir mais além, agradeço a minha mãe a mesma soube me compreender e não mediu esforços para me ajudar, nessa árdua caminhada.

Agradeço também a minha orientadora, Prof^a Ms. Maria Inês Parolin , porque foi através dela que conheci a verdadeira literatura , desde, o terceiro semestre e me apaixonei por completo pela área literária, é claro que essa paixão pela literatura é proveniente do excelente trabalho realizado pela referida professora.

O tempo é muito lento para
os que esperam Muito rápido
para os que tem medo. Muito
longo para os que lamentam.
Muito curto para os que
festejam. Mas, para os que
amam, o tempo é eterno.

William Shakespeare

Resumo

Este ensaio monográfico tem como objetivo apresentar o imaginário de construção de civilização e de seu antônimo, a barbárie, na obra *Caramuru* (1781) de Durão. Esta é uma obra interessantíssima, que envolve amor, ódio, desejo, guerra, enfim diversos acontecimentos que compõem a história deste poema. Acontecimentos estes descritos ora por meio de imaginação, ora por meio de fatos históricos de nosso país. Em suma, a epopéia de Durão é uma verdadeira relíquia que contribuiu, contribui e contribuirá muito para o enriquecimento da literatura brasileira.

O *Caramuru*, de Santa Rita Durão, contém fatos bem complexos de ser analisados e contradições narradas pelo poeta, que geram dúvidas aos leitores da posição do autor, quanto à distinção entre civilizados e bárbaros.

Esta é uma obra que traça o perfil de um ser humano religioso e astucioso, capaz de grandes feitos para implantar as suas ideologias, ou seja catequização e civilização. Nesse trabalho optei por analisar fatos que englobam essas ideologias, pois é um assunto bastante polêmico e que, por mais que seja comentado, sempre tem algo a acrescentar.

Palavras chaves: dominação, eliminação, catequização e civilização.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO-----	09
I - FORTUNA CRÍTICA-----	10
II - CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE-----	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	33
BIBLIOGRAFIA-----	34

Introdução

Neste trabalho fazemos uma abordagem sobre o imaginário de civilização e barbárie na obra **Caramuru** (1781) de Santa Rita Durão. Desse modo, foram elencados todos os procedimentos utilizados pelo narrador para a construção deste imaginário. Notamos com essa análise, que a obra **Caramuru** apresenta um tema tão complexo e polêmico e que talvez por esse fato este poema tenha recebido tantas críticas, algumas boas, e as maiorias más, na época de sua publicação. Porém sabemos que quase meio século depois de sua publicação, durante o vigor de estética romântica o poema de Durão foi respeitosamente considerado base para a tradição nacional da literatura brasileira, sendo até hoje muito comentado e tido como exemplo. Apesar de distorcido, levado para a comicidade pela imprensa cinematográfica nacional, o **Caramuru** alcançou sua valiosa ascensão.

Nos atemos mais aos cantos IV e V, para discutir a oposição entre civilização e barbárie, porque neles estão descritas cenas de guerra entre índios e europeus, sendo que estes possuíam a intenção de catequizar e civilizar “os nativos da terra”. Atribuímos um maior enfoque a esses cantos, para melhor destacar a nossa discussão.

Após discutirmos muitos sobre a oposição dos dois termos, chegamos à conclusão de que as diferenças entre os povos são o que gera essa oposição e para homogeneizá-los é necessária a eliminação das diferenças. No caso do **Caramuru**, a diferença maior exposta entre nativos e cristãos é a antropofagia, Durão narra combates violentos (IV e V) para eliminar essa prática indígena e assim ingressar simbolicamente a figura do índio na civilização européia.

Este trabalho está dividido em dois capítulos, sendo que no primeiro capítulo trabalhamos várias opiniões de diversos críticos literários tanto sobre a obra em geral como sobre os conceitos da oposição civilização/barbárie, presente nesta obra. O segundo capítulo apresenta os procedimentos estéticos utilizados pelo narrador para a construção do imaginário de civilização, como também a discussão desta oposição.

Ao analisarmos a epopéia de Durão, levantamos as questões: Como saber quem é o bárbaro? E quem é o civilizado?

Fortuna Crítica

O **Caramuru** (1781) do Frei José de Santa Rita Durão (1722-1784), é uma epopéia que foi escrita no século XVIII, porém a ação deste poema se dá no século XVI. Através de sonhos e presságios de Paraguaçu e da narrativa de Diogo Álvares ao francês Du Plessis durante o trajeto à França, a obra apresenta uma interpretação sobre o que irá acontecer na história do Brasil até os fins do século XVIII.

Essa obra é um poema épico sobre o descobrimento da Bahia, sendo inclusive este o seu subtítulo, que é ocupada pelos portugueses com o intuito de catequizar os índios e de expandir o Império Português. Importante é frisar que o que voga no **Caramuru** é a construção de um imaginário do Brasil.

Para Antônio Candido, o **Caramuru** não corresponde à estética literária da época, até porque “o pretexto da épica é a habilidade de síntese, poder condensar em menor números de versos o maior número possível de elementos” (Candido, p. 171.1993). Porém essa aptidão o poeta não adequou o seu poema.

De acordo com Polito “o século XIX conferiu à obra uma importância distinta do que ela vem conhecendo contemporaneamente.” (Polito.p. XVIII .2001). Na época que o **Caramuru** foi publicado, ele não foi bem aceito pelos críticos. Até mesmo no século XX houve quem não atribuisse os méritos merecidos ao poema como Candido, que não conseguia enxergar o real valor da epopéia de Durão, manifestando a sua reprovação ao alegar que o narrador da epopéia épica era um “poeta da guerra e da imposição cultural” (Candido, p.7.1995). E, ainda, que Durão se utiliza de uma ideologia de colonização como uma forma de disfarce da violência.

Isso se dá mediante a ênfase às cenas de combate entre nativos e cristãos e entre os próprios nativos, pois Antonio Candido não consegue ver com outra visão os procedimentos utilizados pelo narrador para o processo civilizador, muito pelo contrário, ele acredita que o autor de **Caramuru** tem uma fascinação por atos brutais e sanguinolentos e, para fundamentar o seu ponto de vista, ele atribui essa fascinação a traços biográficos do autor.

Porém, após ser diversamente analisado por vários autores, o **Caramuru** passou a ser lido por novas chaves de fundamental importância para os estudos contemporâneos desta obra. Dentre esses autores destaca-se Cunha, pois a autora acredita que todas essas cenas violentas (repudiadas por Candido) não são para satisfazer o gosto obscuro do autor, mas, sim, porque elas são necessárias para expor a construção da significação da barbárie e aos

propósitos de legitimação da conquista e da colonização do poema e são coerentes com os valores que o informam”. (Cunha, p.65 a 66. 2006).

Mas Candido afirma que sendo Durão um frade que escreve uma obra que tem por objetivo maior retratar a colonização, então nela deveria ser narrada, ao invés de combates sanguinolentos, a catequese, pois segundo ele, a mesma deveria ocupar “lugar dominante na ação presente e na antevisão do futuro, que constituem, com a exposição das tradições indígenas as três dimensões do poema” (Candido.op.cit). Porém, não é o que ocorre, pois percebemos que, o que desencadeia a ação do poema nos cantos IV e V é a guerra, como também é a guerra que predomina nos cantos VIII e IX, por meio de visões do futuro, pela personagem Paraguaçu, já Catarina porque batizada e casada com Diogo. E é por esses e outros motivos que Antonio Candido vê o **Caramuru** como um poema de guerra e não de colonização.

Ao contrário de menor número de versos, o que vemos no **Caramuru** é uma ampla extensão característica própria da epopéia. Os excessos descritivos e narrativos que porventura acontece nos cantos V e VII, dizem mais respeito à influência exposta das cartas dos viajantes e cronistas, como Rocha Pita e João de Barros, ou ainda a “contaminação” fortíssima do gênero utópico, ainda com fôlego o bastante durante a estética barroca.

A característica mais importante da epopéia é a ação de caráter elevado, mediada por um narrador, como tratado por Aristóteles em sua **Arte Poética** ([400 a 300 a.C.] 1981). Pois se a tragédia é a “imitação de uma ação de caráter elevado”. (Aristóteles.p. 447. op.cit), o mesmo podemos dizer da epopéia, pois Aristóteles atribui as mesmas características para ambos os gêneros literários.

O autor ainda ressalta que, “na epopéia, porque narrativa de muitas ações contemporâneas, podem ser apresentadas ações que, sendo conexas com a principal, virão acrescer a majestade da poesia”. (Aristóteles, p.466. op.cit). É o que acontece nos cantos IV e V no poema de Durão: a ação presente nesses cantos contribui muito pra o enriquecimento da poesia.

A posição do narrador media a relação entre o leitor e a narrativa e isso diferencia substancialmente a epopéia da tragédia, o narrador em uma única obra pode assumir diferentes papéis, almejando os mesmos ideais, até porque “(...) pode um poeta imitar os mesmos objetos, quer na forma narrativa (assumindo a personalidade de outros, como o faz em Homero ou na própria pessoa sem mudar nunca).” (Aristóteles;p. 444. op.cit).

É o que ocorre no **Caramuru**: o poeta institui três diferentes narradores, cada qual se reportando a um tempo diferente de acontecimentos simultâneos: presente, passado e futuro,

porém os três possuem a mesma finalidade, narrar os episódios de barbárie, justificando assim a ideologia de civilização do poeta. No **Caramuru**, o narrador instaura esses três tempos, sendo que o primeiro narrador é Durão e ele narra o presente, pois descreve o que está acontecendo (simbolicamente) no tempo atual da narrativa.

O segundo narrador é Diogo, que narra o passado para os indígenas, com o intuito de “convencê-los” de que o ritual antropofágico é uma ofensa a Deus (Grão-Tupá). Paraguaçu-Catarina- é a terceira narradora e narra por meio de previsão do futuro. Nos três tempos presentes na obra vemos descritas cenas de barbárie, portanto, os três narradores do poema narram essas cenas, que são procedimentos estéticos usados pelo poeta para construir o imaginário de civilização.

Quanto à métrica do poema, Aristóteles fala que o único adequado para a epopéia é o verso heróico, por que ele “é o mais grave e o mais amplo”. (Aristóteles. p. 466. op.cit).

O verso heróico de que trata Aristóteles é o mesmo que encontramos no **Caramuru** e em *Os Lusíadas* (1572), de Camões, pois Durão ao compor seu poema, tomou como exemplo esta última obra, tanto que ambas estão divididas em dez cantos, em oitavas enformadas por decassílabos. O **Caramuru** é composto por uma junção entre esquemas camonianos e a tradição “colonial-barroca”.

A má interpretação dessa hibridez é que dá margens à interpretação tanto de Bosi (1994), quanto de Candido, que consideram essa epopéia negativamente como um caso de “poética híbrida”. De acordo com Bosi, Diogo Álvares retrata bem o hibridismo, pois o herói é uma mistura de colono português e missionário jesuítico. O **Caramuru** foi muito criticado por causa do hibridismo, chegou até a ser considerado uma cópia de *Os Lusíadas*, de Camões, por Antonio Candido. Mas para Cunha “o **Caramuru** tende a se materializar através de um esforço de repetição e de diferenciação distinta do requerimento ao seu antepassado”. (Cunha, p.50 op.cit)

Até porque a intenção de Durão era compor um poema que instituísse às “terras brasileiras” o estatuto de cenário literário comutável ao europeu. Além do hibridismo, o **Caramuru** foi criticado também por que não correspondia aos padrões literários da época. Candido acredita que Durão não “andou nas rodas literárias”. (Candido, p.170. op.cit.)

Apesar de o **Caramuru** ser um poema tipicamente camoniano, é com o **Uruguai** (1769) que ele se corresponde com que ele dialoga. Ambos expõem pela primeira vez um novo modo de ver o combate entre colonizadores e indígenas, mas o **Caramuru** “será uma corrente oposta à de Basílio, voltada para o passado jesuítico e colonial, e em aberta polêmica

com o século das luzes” (Bosi, p.68.1994)

Diante dessa afirmação de Bosi percebemos que ele compartilha da visão de Candido, pois o mesmo considera Durão um “passadista”: que está no século XVIII, mas escreve um poema, cuja ação acontece no século XVI, porém possui uma ligação com o Iluminismo, por causa dos presságios de Catarina-Paraguaçu.

Durão, ao contrário de Gama, abandona o lirismo em sua epopéia, narrando costumes, rituais, não de uma forma lírica, mas de uma maneira livresca, baseada em uma interpretação dos registros que o poeta conseguiu adquirir e esses registros tratam dos fatos históricos de nosso país, registros que circulavam sobre o Brasil no século XVIII.

A todo o momento vemos no **Caramuru** uma junção de dois elementos: a informação e a invenção, o primeiro se dá graças aos documentos que Durão conseguiu adquirir (acima comentados) e com os quais, construiu o imaginário de alguns episódios da cultura brasileira, entre esses documentos estão: “A crônica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil”, de Simão de Vasconcelos, a “Nova Lusitânia”, de Francisco Brito Freire e a “História da América portuguesa”, de Sebastião da Rocha Pita” (Polito.. p. XXIII. op. cit)

O segundo elemento, a invenção, é completamente surpreendente, pois Durão só viveu até os 9 anos no Brasil. Essa junção é fundamental para a construção de um imaginário do Brasil, em uma epopéia que subtrai o elemento maravilhoso de seu enredo.

Dessa forma, Polito afirma que é natural que o nome de Durão “seja um dos mais importantes para compreendermos a criação de um certo imaginário, uma certa idéia de Brasil” (Polito, p. XXII. op. cit).

Ao lermos Antonio Candido, notamos que o mesmo acredita que o poeta não consegue equilibrar a junção de informação com invenção, alegando que este último não é o bastante para que Durão não recorra ao primeiro.

Dessa forma, se faz necessário lembrarmos que o poeta viveu apenas até os 9 anos no Brasil, por isso é de suma importância para Durão os documentos com as informações de nosso país, pois é através dos mesmos (e da imaginação) que o poeta compõe um imaginário brasileiro, narrando fatos históricos ocorridos no Brasil.

Além de compendiar as belezas naturais brasileiras, através da narração da ocupação do território baiano pelos portugueses, o poeta do **Caramuru** enfatiza os hábitos e rituais dos “nativos”, opondo-os aos hábitos e rituais dos cristãos.

A antropofagia, era um traço bárbaro para os cristãos do século XVIII, pois eles acreditavam que esse ritual dos nativos “fere frontalmente a ordem natural do mundo” (Cunha, p. 62. op. cit).Durão expõe que para os índios possui todo um significado simbólico

correspondente à sua cultura, até mesmo porque percebemos no poema de Durão, que não é qualquer carne humana e nem é de qualquer jeito que eles ingerem, há todo um processo ritualizado para a realização da ação antropofágica.

De acordo com Cunha a “cena antropofágica fornece ao **Caramuru** a materialidade exposta da diferença inconciliável entre civilização e barbárie” e essa é “a diferença a ser eliminada pela ação colonizadora do herói” (Cunha, p. 66. op. cit.). Na nossa hipótese, a chave para essa compreensão está na posição encenada pelo narrador para contar os fatos.

Esse processo de inserção na civilização se dá por meio da catequese: para ser possível a catequização dos índios era necessária antes o exercício da força, tanto verbal quanto física, pois os “nativos” precisavam antes ser dominados para depois serem catequizados, pela lógica jesuítica predominante durante o processo de catequização fundado por Anchieta, no século XVI.

A força verbal se dá a partir do segundo canto, quando os “civilizados” começam a dominar os “gentios”, através de um tiro de espingarda, disparado pelo herói civilizador Diogo Álvares Correia. É também através deste ato que Diogo é proclamado o “Caramuru”, pelos nativos, que significava “Filho do Trovão” e “Dragão do Mar”.

A partir desta ação Diogo começa a dominar a situação, os índios e, assim, a obra narra o início do processo de colonização: “ameaçando-os com as armas caso retornassem ao ritual antropofágico e aprendendo sua língua para aproximá-los de sua religião”. (Polito, p. XXIV. op. cit) Veja:

“A Carne humana! (replicou Diogo,
E como pode, explica em voz e aceno).
Se vir que come algum, botarei fogo,
Farei que inunde em sangue esse terreno.
Pois se os bichos nos devem comer logo
O (Bárbaro lhe opõe com desamparo)
A nós faz- nos horror, se eles nos comem,
E é menos triste que nos trague um homem”.
(Caramuru II. p. 31)

E...

Peçamos pois, que é Mãe, que nos defenda;
Que te dê para ouvir dócil orelha;
E contigo o teu Povo recomenda,
Dizendo o Herói assim, devoto ajoelha.
Gupeva o mesmo faz com fé estupenda;
E pendente de Diogo, que o aconselha,
Levanta as mãos, como ele levantava;
E vendo-o lagrimar, também chorava.
(Caramuru II.p. 34)

Quanto à dominação pela força física, o seu apogeu acontece a partir do canto II, quando Diogo se veste como guerreiro e impõe as armas, justificando os combates que há nos cantos IV e V. Aliás, é nesses cantos que aprofundaremos a nossa análise, pois neles está descritas cenas cruéis da guerra dos chefes indígenas comandadas por Jararaca contra Gupeva, o chefe dos Tupinambás. Então:

“Ao estrépito, ao fogo, ao golpe horrendo,
 À fumaça do tiro ocasionada;
 Ao ver o busto sobre o chão tremendo;
 E a terrível cabeça sobre a espada;
 A imensa multidão que o estava vendo,
 Cai por terra sem ânimo assombrada;
 E alguns, que em pé tremendo se suspendem,
 Ao grão – Caramuru todos se rendem.”
 (Caramuru IV. p. 89)

E...

“Uma grã-pedra ao ar nas mãos levanta;
 E erguendo os braços sobre a fronte a atira:
 Lança por terra alguns, outros quebranta,
 A esmaga com o peso o grão – Tapira:
 Outras três arrojou com fúria tanta,
 Que se d’atorno a gente não fugira,
 Com os tiros que o bravo lhe dispara,
 Em vingança cruel no chão ficara.”
 (Caramuru V p. 98)

A astúcia verbal para dominar, para sobressair aos “bárbaros” pertence a areté do herói épico, desde a **Odisséia**, canto II, nas cenas entre Odisseu e Polifemo. E com Diogo não é diferente, pois o herói se utiliza da astúcia verbal para dominar os “nativos da terra”.

De acordo com Candido, Durão se utilizará da catequese para disfarçar o embate entre índios e cristãos. Este crítico vê o **Caramuru** como “o antagonista ideológico da melhor linha mental na literatura comum”. (Candido p. 174. op. cit)

Isso ocorre por causa da luta sangrenta, pela dominação e colonização dos nativos, pois segundo ele, o poeta via os índios como animais ferozes que precisavam ser domados. Notamos que Bosi se aproxima dos traços interpretativos de Candido, em relação à epopéia de Durão, pois Bosi vê o índio no **Caramuru** “como o outro, objeto de colonização e catequese”. (Bosi, p.68.1994).

Diante dessa visão de Bosi, podemos dizer que ele acredita que Durão, ao figurar o índio como o “outro” ou “objeto”, está não só negando aos índios a condição humana, como também está eliminando a sua raça e as suas crenças, regredindo-os “assim ao marco zero de

espanto (quando antropófago) ou a exemplo de edificação (quando religioso)” (Bosi, p.68. op.cit).

Afirma o crítico que em relação ao primeiro caso o poeta não dava tanta importância, pois acreditava encontrar “nos maus filósofos efeitos piores que os da antropofagia”. (Bosi. p. 69. op.cit). E no segundo caso Durão repudia o paganismo e empreende o cristianismo em sua epopéia, através do herói Diogo Álvares-Caramuru- que com suas ações domina os gentios implantando neles “um peito humano” (Caramuru. II.p. 19)

Antonio Candido afirma que, apesar da ideologia de catequização de Durão, o poeta às vezes se mostra adepto à natureza humana (visão semelhante à de Bosi em relação ao primeiro caso), esforçando-se para compreender “os costumes em função do estágio da cultura, chegando a reflexões como esta” (Candido. p. 175. op. cit)

“Nós que zombamos deste povo insano,
Se bem cavamos no solar nativo,
Dos antigos Heróis dentro às imagens
Não acharemos mais que outros selvagens”.
(Caramuru II p. 38)

O processo de significação do imaginário brasileiro é construído tenso e contraditoriamente, pois vemos que o poeta brasileiro procura minimizar a ação antropofágica dos gentios, pautando que os europeus cometem por diversas vezes atos tão ou mais monstruosos do que os nativos. Candido vê nesta atitude de Durão uma certa contradição de suas ideologias, tornando-se, assim, confusa a distinção de civilizados e bárbaros para os leitores do **Caramuru**.

Mesmo com todas as críticas negativas feitas ao poema, por causa do passadismo, do hibridismo, da estética literária fora dos padrões literários do século XVIII, o poema de Durão resistiu às desaprovações e praticamente meio século depois de sua publicação, alcançou um papel bastante relevante na literatura brasileira.

Vemos na obra dois importantes termos: civilizado e bárbaro, a conceitualização dos mesmos é fundamental para a elaboração da nossa análise, até porque o nosso maior interesse é discutir a oposição destes termos. O termo bárbaro apareceu pela primeira vez associado “a uma fala rude, brutal e ininteligível, (...) no verso 867 do canto II da Ilíada” (Pitombo,p.17. 2007). A autora em suas pesquisas tomou conhecimento que a palavra bárbaro vem do grego

e a mesma serve “para referir-se aos estrangeiros cujas línguas os gregos não entendiam e interpretavam como “bar-bar-bar” (Pitombo p. 17. op.cit)

Sendo assim, podemos dizer que, originalmente, bárbaro era o termo que designava todos aqueles que não falavam a língua grega ou ainda todos aqueles que eram diferentes dos gregos. Dessa forma, as respectivas línguas e culturas eram simplesmente desprezadas “em relação à língua e à civilização dos gregos” (Pitombo. p. 18. op. cit).

Ao conhecermos os estudos de Gárate, notamos que a mesma define a oposição entre civilização e barbárie “no contraste entre aqueles que podem e aqueles que não podem ler essa frase” *on ne tue point lês ideés*” escrita noutro idioma” (Gárate p. 33. 2001).

A frase se traduz da seguinte forma. “Degolam-se os homens, idéias não”. Todos aqueles que ignoravam essa tradução, por consequência, eram tomados como bárbaros.

Com isso percebemos uma certa semelhança na definição da oposição entre civilização e barbárie, entre as autoras. Em outras palavras, elas concordam que “a diferença”. (Essa diferença gere uma sobreposição do civilizado) entre os povos é o que os divide, causando essa oposição. No caso do **Caramuru**, percebemos que Durão, em certa dimensão de sua obra, configura um imaginário de civilização, pois aqueles que eram cristianizados (os europeus), são configurados como civilizados e aqueles que eram pagãos (os nativos), são configurados como bárbaros. A língua é um outro traço de sobreposição, pois Diogo conhece a língua Tupinambá para melhor dominar os índios.

E o que mostra a oposição entre ambos os povos é o ritual praticado pelos pagãos - a antropofagia – esse ritual deve ser apagado para que ocorra a cristianização e, por conseguinte, a civilização. Percebemos, com isso como o autor constrói em sua epopéia a figuração do bárbaro e a sua relação com o civilizado, e o processo de construção dessa figuração é simplesmente surpreendente, pois para mostrar que os índios eram selvagens e que precisavam ser civilizados, Durão os coloca no mesmo patamar que os cristãos, posto que, se desumanizados, inferiorizados, animalizados, eles não seriam seres possíveis de catequizar.

De acordo com Cunha, para Santa Rita Durão é necessário submeter a indesejável diferença à força da semelhança, buscar por trás ou por baixo da barbárie os sinais de coincidência entre conhecimento natural e verdade religiosa, os traços do “impresso lume” (C. III,60), para lhes dar o devido relevo”. (Cunha, p. 60. op.cit).Veja:

“Já estava em terra o infausto naufragante,
Rodeado da turba Americana;

Vêm-se com pasmo; ao porem-se diante,
E uns aos outros não crêem da espécie humana.”
(Caramuru I. p. 6)

Notamos aqui, que a construção de Durão atribui condição humana aos “nativos”, até porque o pressuposto “barroco” nas colônias era de civilidade e catequese. Seria impossível a realização desse intento em alguém não humano, e essa visão se aproxima dos traços interpretativos de Holanda, que afirma que a ação de catequizar os índios só foi possível porque apesar da grosseira aparência dos nativos eles possuíam uma “alma naturalmente inclinada ao bem e à luz da razão” (Holanda.p.98.2000). E que o poeta “repugna o confronto, e aos que só reconhecem nos índios uma fereza indômita e inumana.” (Holanda. p. 98. op.cit).

A partir dessa visão de Holanda, não há dúvidas de que Durão constrói a figura do índio como um ser humano. Porém, no decorrer de seu poema épico, observamos que o poeta vai construindo todo um processo de catequização para inserir os nativos na cultura e na civilização européia.

Todas as culturas são importantes, mas no caso do **Caramuru** há uma luta para uma cultura sobressair à outra e, para que isso seja possível, é necessário que essa outra cultura seja eliminada e é nesse processo de eliminação que percebemos nitidamente como se configura a oposição entre civilização e barbárie no poema de Durão. Segundo Gárate, a civilização com os seus respectivos distintivos, se configuram na pátria desejada, enquanto que a barbárie com suas ações se configura na pátria que deve ser transformada. Assim, em nossa hipótese de leitura, a famosa contradição ideológica localizada por Candido, Bosi recebe outra leitura, o Caramuru não encenaria a resistência à passagem de um Estado tido ainda como juvenil e colonial, que era a América Lusitana no século XVIII, para um estado independente que se anunciava no Arcadismo e nas revoltas inconfidentes, num prenúncio de construção de nossa identidade literária e política?.

Santa Rita Durão procurou mostrar os atos de selvageria dos índios, como a antropofagia, para justificar a colonização, mesmo que para alcançá-la os cristãos tivessem de se tornar tão bárbaros quanto os nativos, pois eles se utilizavam de violência física (armas de fogo) e violência da palavra (ameaças de morte), para “amansar”, dominar, colonizar os nativos da terra. De acordo com Cunha, essa colonização apagaria “o habitante inicial da terra, substitui por uma imagem do índio providencial aos desejos, valores e desígnio do colonizador” (Cunha.p.61. op.cit).

Posto que com a colonização haverá a sujeição do imaginário pagão ao cristão, através do herói civilizador Diogo Álvares, ele une os dois imaginários em um e assim a leitura cristã

apaga a pagã. No **Caramuru** “vemos duas representações distintas e à primeira vista inconciliáveis do habitante da terra” (Cunha. p. 61. op.cit). A primeira é o fato de tanto um quanto o outro se assemelharem, quando ambos (criaturas de Deus) se estranham por causa de suas diferenças físicas e de suas roupas.

A segunda representação se dá por causa da antropofagia, como já dissemos, e de acordo com Holanda, Durão para justificar esse ritual, na sua narrativa busca compará-la com as de Homero, pois nelas também está descrito o ritual antropofágico, porém praticado pelos “antigos habitantes da Itália” (Holanda. p. 97. op.cit).

Antonio Candido foi um dos críticos literários que mais estudou e analisou o poema de Durão. Os seus primeiros estudos não foram favoráveis ao **Caramuru**, pois o autor não conseguia enxergar qualidades na epopéia do frade brasileiro, porque segundo Candido, além da mesma, não corresponder ao padrão literário da época de sua publicação, ela também figura um imaginário de catequização, porém a catequese não se dá por meio da palavra sagrada e sim por meio de guerra sangrenta. Esses eram os motivos pelo que Candido não simpatizava com o **Caramuru**.

No próprio corpo crítico de Candido há mudanças de raciocínio sobre o texto, O próprio **Caramuru** foi sendo relido por outras chaves, no decorrer da História. Assim, um texto literário se significa também a partir das histórias de leitura dele, da crítica sobre ele, também que vão se sedimentando e o colocando na História Literária:

“É curioso que o **Caramuru**, de Frei José de Santa Rita Durão, haja sido pouco apreciado no seu tempo, indo ter quase meio século depois de publicado, um papel eminente na definição do caráter nacional da nossa literatura.” (Candido.p.169.1961)

Essas palavras de Candido não deixam dúvidas de que a sua opinião sobre o poema de Durão não é mais a mesma, “pois as circunstâncias vão propiciando maneiras diferentes de interpretar, que constituem o destino da obra no tempo”. (Candido. p.169. op.cit)

Quanto à construção do imaginário de civilização nessa versão, Candido afirma que o casamento de Diogo com Paraguaçu é “fonte de civilização.”(Candido.p.174. op.cit). Esse casamento só aconteceu após o batismo de Paraguaçu, na França, pois somente após ser batizada que Paraguaçu, já Catarina pode contrair o matrimônio cristão. Isso foi um dos procedimentos usados pelo autor para construir o imaginário de cristianização e civilização em seu poema.

Infelizmente, essas opiniões favoráveis sobre o **Caramuru** por parte de Candido,

provém de estudos recentes, pois como havíamos dito antes, este autor não simpatizava muito com o poema de Durão, porém ao lê-lo por novas chaves, ele começou a agregar qualidades à epopéia. Ao lermos o **Caramuru** chegamos a conclusão que todos os procedimentos utilizados pelo poeta são fundamentais para a figuração da oposição civilização e barbárie.

Após conceituarmos estes dois termos percebemos que a oposição se dá na diferença, no **Caramuru** essa diferença não é só a antropofagia como também a nudez, o paganismo, ritual e costumes indígenas totalmente opostos ao modo de vida dos europeus. Essas diferenças geram a oposição civilização e barbárie, na epopéia de Durão, oposição essa que daremos maior enfoque na análise que se segue.

CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE EM “CARAMURU”, DE SANTA RITA DURÃO

Nota-se que no Caramuru o narrador se refere aos índios, ora como selvagens, ora como bárbaros e ora como gentios. À primeira vista, não percebemos que há uma distinção entre essas três palavras, mas ao analisá-las, encontramos pontos que diferenciam os sentidos em seu vários contextos.

O gentio é aquele que professa a religião pagã, ou seja, que não acredita em Deus e idolatra “deuses” tanto em rituais oratórios, quanto em ações nada convencionais. Já o selvagem, é aquele que nasce, cresce ou vive nas selvas, uma pessoa desprovida de estudo sistematizado (conhecimento), que gosta de viver só e praticar ações individuais bem longe de uma sociedade civilizada.

O bárbaro, por outro lado, é aquele que vive em grupos que praticam ações coletivas e, assim como o selvagem, também é inculto e dado a violência, porém é muito cruel e até mesmo desumano.

Pela narrativa de Durão, percebemos que o autor descreve o europeu como civilizado. Ao analisarmos o termo “civilizado”, chegamos à conclusão de que se refere à pessoa que possui educação, polidez, delicadeza, cortesia, boas maneiras, astúcia verbal, procedimentos próprios à arete do herói épico.

No caso do **Caramuru**, o europeu possui todas essas características e possui também um espírito religioso, cristianizado. Aquele que glorifica um Deus somente, e não deuses, como os pagãos.

Na perspectiva de expor a figuração dessa oposição entre civilização e barbárie, entre índios e europeus é que enfocaremos a nossa análise. Sabemos que Durão construiu todo um imaginário de catequese em seu poema, mas para alcançá-lo o narrador vai descrevendo não só os hábitos e costumes indígenas, como também os descreve como naturalistas:

“Os cabelos, a cor, a barba e semblante
Faziam crer aquela Gente insana,
Que alguma espécie de animal seria
Desses, que no seu seio o mar trazia”
(Caramuru.I.p.6)

E...

“Outros do jacaré tomando a idéia
 Temem que acorde com violento insulto;
 Ou que o sono fingindo os arrebate,
 E entre as presas cruéis no fundo os mate.”
 (Caramuru. I.p.6)

É neste momento que Durão começa a descrever os índios como naturalistas, pois como narra o poeta, os nativos viam os brancos como animais, que a qualquer momento poderiam lhes atacar com suas “presas cruéis” e os matarem. Ao lermos o **Caramuru** percebemos que a visão dos europeus é semelhante a dos nativos quanto à forma humana; “E uns aos outros não crêem da espécie humana”. (Caramuru I.p.6)

Porém, o narrador dá ênfase aos pensamentos dos índios, uma maneira de conduzir o olhar dos leitores para a necessidade de civilizar os nativos. O fato de a perspectiva narrativa assemelhar os índios a um animal se dá pela descrição animalesca que o narrador faz dos tupinambás:

“A cor vermelha em si, mostram tingida
 De outra cor diferente, que os afeia;
 Pedras, e paus de embiras enfiados,
 Que na face, e nariz trazem furados”
 (Caramuru I.p.7)

E...

“Na boca em carne humana ensangüentada
 Ainda o beijo inferior todo caído;
 Porque a tem toda em roda esburacada,
 E o labro de vis pedras embutido:
 Os dentes (que é beleza que lhe agrada)
 Um sobre outro desponta recrescido:
 Nem se lhe vê nascer na barba o pêlo,
 Chata a cara, e nariz, rijo o cabelo”.
 (Caramuru.I.p.8)

Com essa descrição, não há dúvidas de que Durão quis assemelhar os índios a animais. E ao descrevê-los assim, o narrador os coloca em uma posição inferior aos cristãos, e por mais feitos grandiosos que eles façam nunca se tornarão superiores aos europeus, até mesmo porque, apesar de Durão descrever os índios como naturalistas e os cristãos como portadores

de uma cultura civilizada, o que voga no **Caramuru** é uma oposição entre civilização e barbárie e não uma oposição entre cultura e natureza.

Pois se o fosse, poderíamos “defender o valor da cultura contra o da natureza, ou inversamente, defender a superioridade da natureza sobre a cultura”. (Wolff. P.25.2004).

Em relação à segunda oposição, a superioridade de um termo em detrimento de outro pode variar, ora a natureza é superior a cultura, ora a cultura é superior à natureza, ao passo que na primeira oposição a superioridade nunca se oscilará, pois mesmo sempre será da civilização, cabendo ao bárbaro a inferioridade, a desvalorização. “Em suma a oposição entre civilização e barbárie é a oposição entre o Bem e o Mal” (Wolff.p.25.op.cit).

Como notamos no **Caramuru**, os índios eram configurados como o mal e os cristãos eram configurados como o bem. Porém, os nativos possuíam uma alma civilizável e cabia aos europeus cuidar do seu processo civilizatório. Mas afinal o que realmente é a barbárie? Respondendo a essa pergunta também encontramos a resposta para o seu antônimo a civilização Francis Wolff define a barbárie por três sentidos.

O primeiro é a antropofagia, ato ou ação (de determinados grupos aborígenes) de devorar literalmente, carne humana. “Um costume e um povo bárbaro” (Wolff.p.21.op.cit). No primeiro sentido observa-se que a civilização se faz necessária para libertar os povos de “costumes grosseiros e rudimentares das sociedades tradicionais” (Wolff.p.21.op.cit).

Como vemos no **Caramuru**, a civilização vem como uma forma de “libertação”, mesmo que forçada, da antropofagia indígena. De acordo com Wolff “são chamados bárbaros” (...) “os que se comportam como brutos grosseiros e ignoram as boas maneiras” (Wolff.p.21.op.cit). Os nativos do poema de Durão possuíam maneiras rudimentares, tanto na alimentação como nas vestimentas e para chegar à civilização eles passaram pelo processo de dominação e catequização “a civilização designa esse processo de paulatino abrandamento dos costumes, de respeito aos modos, ao refinamento, à delicadeza, ao pudor, à elegância etc...” (Wolff.p.21.op.cit).

Com este intuito, justificando a cristianização, é que Durão compõe o seu poema épico. O segundo sentido é a destruição de patrimônio público Wolff tomou como exemplo a destruição que houve no Afeganistão, por parte do regime talibã no ano de 2001. “Uma prática e uma cultura bárbaras” (Wolff.p.21.op.cit)

Este item trata da destruição de obras de artes do período da Idade Média que, com certeza, possuíam um valor inestimável para humanidade. De acordo com Wolff, nesse sentido, os “bárbaros são insensíveis ao saber ou a beleza pura não respeitam o valor destes ou não compreendem seu sentido, só reconhecem valor no útil, na satisfação das necessidades

vitais ou dos prazeres grosseiros” (Wolff.p.22.op.cit).

O terceiro item é assassinato em massa, e Wolff, para expor esse item, utiliza um massacre que houve em 1975; “depois que o Khmer vermelho tomou o poder em Phnom Pehm e houve um gigantesco massacre da população cambojana das cidades, que resultou em 1 milhão de mortos. Uma prática e um regime bárbaros.”(Wolff.p.21.op.cit).

Nesse último, “os bárbaros são descritos como bicho do mato, dotado de uma brutalidade feroz, cega e selvagem, sem motivo razoável e, sobretudo, sem limite racional” (Wolff.p.23.op.cit).

Nos três sentidos a oposição civilização e barbárie determina uma separação entre humano e o que parece selvagem, inculto. Essa “oposição entre civilização e barbárie serve na realidade para propor as ações necessárias à acomodação ou à destruição do diferente” (Bignotto.p.73.2004). De acordo com Bignotto, cada qual considera bárbaro o que não se pratica em sua terra. Como a antropofagia, um ritual indígena, um horror para os cristãos:

“Corre depois de crê-lo ao pasto horrendo
E retalhando o corpo em mil pedaços,
Vai cada um famélico trazendo,
Qual um pé, qual a mão, qual outro os braço:
Outros da crua carne iam comendo;
Tanto na infame gula eram devassos:
Tais há, que as assam nos ardentes fossos,
Alguns torrando estão na chama os ossos.”
(Caramuru I.p.7)

E...

“No fero coração da Gente dura;
E em morrendo qualquer mulher, ou homem,
Choram muito, e depois assam-no e comem.”
(Caramuru IV. p. 92)

A antropofagia é um ritual visto como bárbaro para os cristãos, porque esse ritual não pertence a sua cultura, mas pertence à cultura dos índios. A realização desta prática não reduz os nativos à desumanidade, pois como vimos na citação acima eles choram o morto antes de iniciar o ritual antropofágico e, através deste fato, podemos perceber a sua humanidade. E “a ingestão de uma parcela do corpo de um antepassado ou de um fragmento do cadáver de um

De acordo com Chauí, as religiões como o judaísmo, o cristianismo e o islamismo, “se imaginam portadoras da verdade eterna e universal. Essas religiões excluem o trabalho do conflito e da diferença e produzem a figura do Outro como demônio e herege, isto é, como o Mal e o Falso” (Chauí. p. 157, 2004).

Como vemos no Caramuru os europeus eram descritos pelo narrador como cristão e eles acreditavam ser os detentores da verdade, e os nativos eram descritos pelo narrador como pagãos, ou seja, como o mal, o herege, pois as suas crenças eram contrárias à fé dos europeus cristianizados.

É na perspectiva de eliminar essas crenças indígenas que Durão, por meio de seu personagem Diogo Álvares, vai impondo à cristandade. De acordo com Wolff, “todos os meios são válidos” (Wolff p.28. op. cit). Como ameaças verbais e combates físicos. Aliás, este primeiro foi que Diogo usou para amansar, dominar e catequizar Gupeva no canto II.

“Não temas (disse afável) cobra lento;
E suspirando-lhe acenos o idioma,
Dá-lhe a entender, que todo esse armamento
Protege amigos, se inimigos doma:
Que os não ofende o bélico instrumento,
Quando de humana carne algum não coma;
Que se a comerdes, tudo em cinza ponho...
E isto dizendo, bate o pé, medonho”.
(Caramuru II. p. 30)

Nota-se a maestria do narrador nesta passagem do poema, pois ao dominar Gupeva, por conseguinte Diogo dominava toda nação Tupinambá, pois Gupeva era seu chefe, e sua voz era ouvida e respeitada pela tribo. Então, o narrador, provido de esperteza e inteligência, tratou logo de cuidar da dominação do chefe Tupinambá.

Quanto ao combate físico vemos que Durão para ilustrar a sua ideologia de catequização e civilização, se vê inclinado às narrativas de combates violentos, descritos nos cantos IV e V como cenas cruéis de guerra:

“Seguia- se nas forças tão robusto,
Quanto no aspecto feio, e em traje horrendo,
Um, que com fogo sobre o torpe busto
Dous Tigres esculpira combatendo:
Este é o bravo Tatu, que enche de susto
Tudo, c’o grão Tacape acometendo:
E que mil cutiladas dando espessas,
Derriba troncos, braços e cabeças”.
(Caramuru. IV.p. 78)

E...

“Ao resplendor da Lua que saia,
 Misturava-se o horror com a piedade,
 Porque em lagos de sangue só se via
 Sanguinolenta horrível mortandade:
 O vale igual ao monte parecia,
 E do estrago na vasta imensidade,
 O outeiro estava, donde foi o assalto,
 Com montes de cadáveres mais alto”.
 (Caramuru. V.p. 95)

Durão narra com os mínimos detalhes as cenas de combates, para ir construindo a figuração da barbárie e mostrar a necessidade da cristianização e civilização. Tudo isso faz parte do processo de justificativa histórica da civilização.

Segundo Chauí, Ramoneda escreve que, como “o bárbaro não é uma alternativa e sim um atraso, restam apenas duas possibilidades: ou sua paulatina adaptação ou sua definitiva exclusão”. (Apud. Chauí. p. 149. 2004).

O fato de “bárbaro” ser um atraso se dá pelo não acompanhamento da modernização ou porque não se adaptou ou até mesmo porque ignora o século das Luzes, porém o caso de Durão é a necessidade de ser catequizado. Quanto à adaptação ou a exclusão daqueles configurados como bárbaros é o que vemos acontecer no poema de Durão. O narrador vai construindo todo um processo de barbárie para justificar a colonização dos índios e esses, por sua vez, têm apenas um caminho a seguir na epopéia do frade brasileiro: a adaptação à civilização européia.

À primeira vista parecem tirania e crueldade narrada por Durão, mas se analisarmos bem, sem banharmos nas “enganadoras” emoções, percebe que toda essa “tirania” e “crueldade” são absolutamente necessárias para uma cultura se enaltecer em detrimento de outra, por razões, na maioria das vezes, políticas e no caso de Durão o jesuísmo e a colonização lusitana. Não seria diferente no **Caramuru**, pois esta epopéia retrata o embate entre duas culturas (a indígena e a européia) e a sustentação deste embate é o poder teológico-político, pertencente aos europeus.

Dessa forma, a ação política pode ser interpretada pelo fundamentalismo religioso, segundo Chauí:

“(…) o poder teológico-político é duplamente violento: em primeiro lugar, porque pretende roubar dos homens a origem de suas ações sociais e políticas, colocando-as como cumprimento a mandamentos de uma vontade divina incompreensível ou secreta, fundamento da “razão de Estado”; em segundo, porque as leis divinas reveladas, postas como leis políticas ou civis, impedem o exercício da liberdade, pois não regulam apenas usos e

costumes, mas também a linguagem e o pensamento, procurando dominar não só os corpos, mas também os espíritos;" (Chauí. p. 168 e 169 op. cit.)

Diogo Álvares descrito por Durão em sua narrativa, procura dominar os nativos não só física, como também espiritualmente, substituindo todo o seu modo de vida (paganismo, nudez, antropofagia), ao cristianizar os tupinambás e assim conduzindo-os a adorar a Deus somente e desta forma inserindo os nativos em sua cultura e enaltecendo-a, promovendo uma apologia à expansão do Império Português.

Durão narra à guerra, pois através dela haverá a dominação e através da dominação, a cristianização, e, por conseguinte, a civilização, mas observam-se atos brutais dos cristãos (ditos civilizados) na ação civilizatória dos nativos (ditos bárbaros). Dessa forma percebemos que a construção da figuração do bárbaro se dá tensa e contraditória, pois notamos que às vezes Durão se trai em relação à distinção da oposição civilização e barbárie, tornando assim difícil diferenciar com clareza quem de fato é o bárbaro e quem é o civilizado:

"Forma-se em meia Lua a vasta armada,
Cuidando de encerrar Diogo em meio,
E com nuvem de frechas condensada
A áurea luz do sol a impedir veio:
Firme estava do Herói a turba irada;
E coalhando-se o mar de lenhos cheio,
Retumba o eco na Bahia toda
Pela Gente brutal, que urlava em roda"
(Caramuru V.p.105)

E...

"Até que a tiro os vê do bronze horrendo;
E sem mais esperar, dispara fogo,
Que tudo com metralha ia varrendo,
E a pique dez canoas meteu logo.
Saltam muitos de horror no mar, tremendo:
Alguns deixando o remo, as mãos de Diogo
Com bombas ardem, que feroz lhe lança,
Outros a espada de vizinho alcança"
(Caramuru V.p.105)

Vemos aqui brancos e índios no mesmo patamar de violência, porém cada um com a sua maneira e com a sua razão e expondo através de suas diferenças a semelhança que há entre eles. Segundo Kehl, "o civilizado é aquele que constrói sua identidade por oposição ao Outro, seu semelhante na diferença – o oriental, o indígena, o bárbaro-, podemos dizer que ele nasce marcado pela diferença. Ou seja, nasce dividido" (Kehl. p.102.2004).

E de acordo com Meddeb “a visão projetada das comunidades constituídas sobre o outro quando se olha para uma civilização a partir de uma outra é comum que se atribua somente a si mesmo e aos seus os status de civilizado, colocando o outro na condição de bárbaro” (Meddeb .p.173. 2004).

Na epopéia de Durão encontramos vários aspectos indígenas pelo autor para contribuir com a construção da figuração do bárbaro, mas há um fato inusitado e inacreditável, descrito com riqueza de detalhes pelo poeta. Um costume indígena praticado apenas por guerreiros que possuem um caráter elevado:

“Estava o desditoso encadeado,
E exposto a mil infectos que o mordiam,
Nem se lhe via o corpo ensangüentados,
Que todo os marimbondos lhe, cobriam:
E ele imóvel em tanto em tosco assento,
Parecia incessível no tormento.”
(Caramuru .V.p. 109)

Durão narra aqui mais um procedimento para a construção da figuração do bárbaro e o faz se utilizando de um costume indígena, pois em uma guerra, o perdedor aprisionado, passa a ser propriedade do vencedor. Então Durão em seu poema narra esse costume, porém mostra o vencido castigando o seu próprio corpo e mais sentido prazer em fazê-lo, porque de acordo com o seu costume esse corpo não é mais seu e sim do seu inimigo e para castigá-lo, o nativo se auto-pune, acreditando que na verdade está punindo o inimigo. Veja:

“A liberdade, que me dás, não quero;
E da dor, que tolero, faço gosto:
Assim vingar-me do inimigo espero,
Disse; e sem se mudar do antigo posto
As picadas cruéis tão firme atura,
Como se penha fora ou rocha dura.”
(caramuru .V.p. 109)

E...

“E quando maior pena a carne sente,
Então mais me consolo, no suposto
De me ver do inimigo bem vingado,
Neste corpo, que é seu, tão maltratado.”
(caramuru .V.p 110)

No término de uma guerra, quando finalmente já estão definidos os vencedores e os vencidos, estes, por sua vez, como regem a tradição aborígine, passa a pertencer de corpo e espírito aos vencedores da guerra, mas alguns guerreiros de inestimável valor, para não se sujeitar aos mesmos se abdicam da vida de maneira por vezes cruéis e desumanas. Isso é um

ato de grande valor para os nativos, porém para os cristãos é um ato incompreensível de bárbara ignorância.

Todos esses procedimentos descritos por Durão em relação aos nativos, desde os cantos I ao V, construíram a figuração oscilante do bárbaro e, por conseguinte a necessidade de ser catequizado e civilizado pelos europeus.

Tudo isso foi parte fundamental para construir retrospectivamente o imaginário do processo de civilização dos aborígenes, narrado ora por Diogo, ora pelo próprio poeta. Porém, nos cantos VIII e IX vemos ato também de selvageria, não mais praticadas pelos nativos e portugueses, mais sim pelos portugueses e franceses (canto VIII) e portugueses e holandeses (IX), notamos que acontece um movimento inverso aos cantos IV e V, pois nos cantos VIII e IX a narrativa passa a Paraguaçu, já Catarina, porque batizada e casada. De acordo com Candido, ela “narra em antevisão à história futura das lutas pela fé”. (Candido. p. 182. op.cit)

“Dentro a um templo magnífico se via
De seus Prelados turma numerosa,
De que um às mãos dos bárbaros morria,
Outra espada cingia valerosa:
Muitos de alta virtude aos matos via,
Com caridade discorre zelosa,
Sem poupar tempo, estudo, ou vida, ou gasto,
Por propagar a Fé no Sertão vasto.
(Caramuru. VIII, p. 158)

E...

“Não se interrompe a cerimônia augusta,
Orando o clero com o sexo pio,
Sai o Ortodoxo contra a turma injusta,
Tomando por sagrado o desafio:
E fundando no Céu confiança justa,
Pelejam com tal fé, com tanto brio,
Que matando Rimbach em feio estrago,
Deram aos Belgas da blasfêmia o pago”.
(Caramuru. IX. P. 181)

Ao contrário do que acontece nos cantos IV e V, os cantos VIII e XI retratam fatos históricos, que Durão extraiu de registros que o poeta conseguiu adquirir.

Diante desses novos embates tornamos às nossas perguntas, porém com um enfoque diferente. Quem é o bárbaro ? Quem é o civilizado? Os portugueses ou os franceses? E, mais, os portugueses ou os holandeses?

Nos embates entre os índios e os portugueses o narrador descreve os nativos como gentios, selvagens, bárbaros, porém, às vezes, colocam ambos os povos no mesmo patamar,

tornando complicado para os leitores a distinção de civilizado e bárbaro. A mesma complicação acontece nos embates entre portugueses e franceses e portugueses e holandeses.

“Não cessa o bravo Sá contra o Gentio,
E a forte tropa pelo mato avança;
Porque abatendo o orgulho, e insano brio,
Se apartasse o Sertão da infame aliança”.
(Caramuru VIII, p. 163)

E...

“Põe-se em campanha o Batavo terrível,
Com sete mil de veterana tropa,
Vão densos bandos do Gentil horrível,
Com destro gastador vindo da Europa.”.
(Caramuru IX, p. 189)

Vemos com essas citações que o gentio não é mais o índio e sim o francês e o holandês. Com isso, percebe-se que a oposição entre civilização e barbárie depende do contexto e das razões de cada povo.

Wolff escreve que o “discurso do civilizador tem sempre esta estrutura: “vamos levar a civilização (ou a verdadeira religião) aos povos bárbaros. Nossa superioridade nos autoriza a tratá-los como inferiores. Eles nos devem gratidão, já que contribuimos para arrancá-los de sua barbárie – ou da ignorância, ou do paganismo ””. (Wolff, p.28 op. cit.)

Com isso percebemos que a noção de civilização serve para enaltecer, engrandecer um determinado povo em detrimento de outro e para submeter esse “outro” todas as maneiras são apropriadas.

Wolff também levanta a pergunta “Quem é bárbaro” (Wolff, p. 31, op. cit.) e chega à conclusão de que não existe uma única definição de barbárie capaz de englobar todos os três sentidos (antes apresentados) até porque, a priori, a resposta dessa pergunta sempre será “cada povo se sente espontaneamente o único representante possível da humanidade” (Wolff, p. 31, op. cit.) “Nós somos a civilização, e os outros (os estrangeiros, nossos inferiores, nossos inimigos) são bárbaros” (Apud Wolff. p.31. op. cit.)

Sendo assim, notamos que a constituição da palavra barbárie é praticamente uma forma de explicitação de uma cultura que se julga superior a outra. No entanto, a barbárie de fato não existe, o que existe são culturas diferentes e a luta de cada povo para enaltecer a sua cultura.

Percebe-se que, no *Caramuru*, com muita propriedade, Durão constrói todo um imaginário de catequese e civilização dos aborígenes, por meio não só de sua imaginação,

como também por meio de documentos correspondentes a fatos históricos de nosso país. No processo de construção desse imaginário, notamos que o narrador sempre coloca os nativos em uma posição inferior aos cristãos. Percebemos que isso é nada mais e nada menos, do que maestria de Durão para convencer os leitores da necessidade de catequizar e civilizar os índios e convencê-los também, que todas as maneiras são válidas (ameaças, guerras) para alcançar com sucesso a construção deste imaginário em seu poema épico.

Penso que a configuração da oposição civilização/barbárie numa inscrição maniqueísta- na largada- interdita sentidos para se pensar a possibilidade de uma relação articulada dessa oposição.

A questão é que esse jogo não configura não etiqueta ninguém, tanto que o bárbaro é civilizado, como o civilizado e bárbaro. São meros discursos que atestam antes de tudo, a oposição ocupada por Durão, enquanto naturalista, pelo modo como descreve o índio, o religioso, no modo maniqueísta como encara a relação Bem e Mal se desdobrando na produção de sentido e das relações do sujeito.

Considerações Finais

A obra **Caramuru** de Durão possui vários fatos importantes para serem analisados, mas optei por analisar a oposição civilização e barbárie por causa da sua complexidade instigante. Muito já foi dito sobre essa obra, com também desta oposição que a compõem, mas muito ainda precisa ser dito para cada vez mais enriquecer o poema de Durão.

Notamos que o poeta descreve na epopéia a sua ideologia religiosa, repudiando assim o paganismo. Para alcançar a sua ideologia, Durão narra a guerra entre os nativos e os cristãos, como está descrita nos cantos IV e V. Essa narrativa de Durão não foi bem aceita por alguns críticos, mas se analisarmos bem percebe que é necessária essa narrativa para a catequização e civilização dos nativos.

Referências Bibliográficas

ARISTÓTELES. Poética. Trad.: Jaime Bruna. São Paulo. Cultrix. EDUSP, 1981. (Os Pensadores).

BIGNOTTO, Newton. Tolerância e diferença. Art: Organizado por Adauto Novaes no livro Civilização e Barbárie.____ São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BOSI, Alfredo. História Concisa da Literatura Brasileira. 41. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

CANDIDO, Antonio. Estrutura Literária e Função Histórica.- Publicado com o título "Estrutura e função do Caramuru", na Revista de Letras, nº 2, Assis, 1961.

CANDIDO, Antonio. Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos. 7ª ed. Belo Horizonte. Itatiaia, 1993. v.1.

CANDIDO, Antonio. Na Sala de Aula. 5ª ed. São Paulo, Ática, 1995.

CHAUÍ, Marilena. Fundamentalismo religioso: a questão do poder teológico-político. Art: Organizado por Adauto Novaes no livro Civilização e Barbárie.____ São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CUNHA, E. L. . Estampas do Imaginário: literatura, história e identidade cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. v. 1. 155 p.

DURÃO, Santa Rita. "Caramuru" _ Poema épico do Descobrimento da Bahia_ Martins Fontes: São Paulo, 2001.

GÁRETE, Miriam V. Civilização e Barbárie N'os Sertões: entre Domingo Faustino Sarmiento e Euclides da Cunha - Campinas- SP: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. In O Mito Americano.

KEHL, Maria Rita. Civilização partida. Art: Organizado por Adauto Novaes no livro Civilização e Barbárie.____ São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MEDDEB, Abdelwahb. O islã entre civilização e barbárie. Art: Organizado por Adauto Novaes no livro Civilização e Barbárie.____ São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

OLIVEIRA, Tânia Pitombo. Cultura e Identidade Discursos. Cáceres MT. UNEMAT, 2007.

POLITO, Ronald. Introdução, organização do texto: Caramuru Poema épico do descobrimento da Bahia. Santa Rita Durão. Martins Fontes. São Paulo. 2001.

WOLFF, Francis. Quem é bárbaro? Art: Organizado por Adauto Novaes no livro Civilização e Barbárie.____ São Paulo: Companhia das Letras, 2004.